



QUANDO O FEMINICÍDIO É PAUTA NOS JORNAIS

*Maria Cristina Leite Peixoto
Raquel Salomão Utsch*

RESUMO

O tratamento jornalístico conferido ao feminicídio no Brasil, país que está entre aqueles com mais alto índice de homicídios de mulheres, é o tema desse relato, cujo objetivo é discutir os resultados do estudo realizado pelo Observatório das Representações da Cidade na Mídia, no período de março a julho de 2017, que analisou matérias publicadas nas versões online de três jornais mineiros. O estudo aponta importantes lacunas nas representações de gênero, incluindo a falta de contextualização sobre a sociabilidade violenta no cotidiano, pluralidade nas versões sobre o fato, informações sobre direitos e serviços básicos de apoio às vítimas.

Palavras-chave: Jornalismo. Violência contra a mulher. Feminicídio

WHEN FEMICIDE IS USED IN NEWSPAPERS

ABSTRACT

In order to discuss the journalistic treatment of femicide in Brazil, a country that is among those with a high rate of homicide among women, especially blacks, the article presents the results of the study carried out by the Observatory of the Representations of the City in the Media, in the period from March to July 2017, which analyzed material published in the online versions of three Minas Gerais newspapers. The study points to important gaps in gender representations, including the lack of contextualization about violent sociability in everyday life, plurality in the versions about the fact, information about rights and basic services to support the victims.

Keywords: Journalism. Violence against women. Femicide

CUANDO EL FEMINICIDIO ES PAUTA EN LOS PERIÓDICOS

RESUMEN

El tratamiento periodístico conferido al femicidio en Brasil, país que está entre aquellos con más alto índice de homicidios de mujeres, es el tema de ese relato, cuyo objetivo es discutir los resultados del estudio realizado por el Observatorio de las Representaciones de la Ciudad en los Medios, en el período de marzo a julio de 2017, que analizó materias publicadas en las versiones online de tres periódicos mineros. El estudio señala importantes lagunas en las representaciones de género, incluyendo la falta de contextualización sobre

89

la sociabilidad violenta en el cotidiano, pluralidad en las versiones sobre el hecho, informaciones sobre derechos y servicios básicos de apoyo a las víctimas.

Palabras clave: Periodismo. Violencia contra la mujer. Femicidio

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres, especialmente o feminicídio, é recorrente no Brasil, país que está entre aqueles com mais alto índice de homicídios de mulheres. De acordo com o [Dossiê Violência contra Mulheres](#), publicado pela Agência Patrícia Galvão¹, a taxa de 4,8 assassinatos, em cada grupo de 100 mil mulheres, nos colocava na quinta posição em um ranking de 83 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2015 (Cebela/Flacso), ano em que a lei do feminicídio tornou-se efetiva. Entende-se por feminicídio

[...] a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013)

O feminicídio foi o tema escolhido para a segunda edição do projeto de extensão Observatório das Representações a Cidade na Mídia², na semana em que se aventava a libertação do goleiro Bruno, então atleta do Clube de Regatas Flamengo (RJ), condenado a 22 anos e 3 meses de prisão, como mandante de tortura e assassinato da modelo Eliza Samudio, com quem tivera um filho. Bruno havia cumprido seis anos e sete meses de sua pena na ocasião da libertação. O corpo de Eliza ainda está desaparecido.

Em abril de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello e, por 3 votos a 1, determinou o retorno à prisão do ex-atleta, após avaliação enviada ao STF pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. De acordo com a avaliação, Bruno deveria permanecer na cadeia até o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) julgar o recurso que tramita há quatro anos. O ex-goleiro

¹ O Instituto Patrícia Galvão criou a agência de mesmo nome para produzir e divulgar notícias, dados e conteúdos em multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras. O principal objetivo da entidade é dar maior amplitude à cobertura jornalística, influenciando o comportamento editorial sobre problemas, propostas e prioridades que atingem 51% da população do país: as mulheres.

² O projeto Observatório da Cidade, realizado na Universidade FUMEC (Belo Horizonte / MG) está em sua terceira edição, no 1º semestre de 2018. Ele é guiado pela noção da responsabilidade das universidades em contribuir para a consolidação da democracia e o exercício da cidadania, na medida em que procura fazer com que o aluno adquira recursos para a avaliação crítica dos conteúdos jornalísticos disseminados. Cada edição do dispositivo tem como base a escolha de um tema para análise do tratamento recebido dos jornais mineiros *O Tempo, Hoje em dia e Estado de Minas*.

foi considerado um dos atletas de mais alta performance no Brasil, e um time de futebol expressou interesse em tê-lo na equipe no período de sua eventual libertação.

O tema do feminicídio é particularmente importante para os profissionais de comunicação social. Considerando-se a centralidade adquirida pelas tecnologias da comunicação na constituição de um espaço simbólico de trocas e disputas de ideias, os processos comunicacionais mediados tecnicamente tornaram-se fundamentais para a efetiva participação social e política dos sujeitos, uma vez que possibilitam, além da desconstrução de sentidos, a constituição de um espaço para que eles sejam discutidos, revistos ou rejeitados. Portanto, na medida em que o que é publicado é fonte de orientação da ação, aumenta a responsabilidade dos jornalistas com relação à produção de textos que alimentarão o debate (ou a falta dele) no espaço público.

Feminicídios não são exclusividades brasileiras, mas, no Brasil, os assassinatos de mulheres continuam a ser praticados, ocultados e justificados, por mais absurdo que isso pareça. Muitas mulheres hoje têm consciência não só desse fato, mas também de que ele é um empecilho para o pleno exercício da sua cidadania, como demonstram os movimentos feministas mundo afora, contra uma cultura machista e racista. A risível, não fosse trágica, ideia sobre o “lar” como lugar destinado à mulher, defendida pelo presidente do Brasil³, infelizmente continua sendo uma verdade para os que recusam a presença das mulheres nos espaços públicos.

Causa espanto ainda maior a ausência de cuidado no tratamento dado pela mídia ao tema, apesar das declarações genéricas dos agentes midiáticos em favor dos direitos das mulheres. Na prática, grande parte dos veículos de comunicação, inclusive aqueles voltados especificamente para mulheres, reduz a condição de “emancipação” feminina ao poder de consumo e ao domínio de técnicas de sedução para agradar os parceiros.

Pesquisa da [Actionaid](#)⁴, de maio de 2016, mostrou que a situação das brasileiras pede atenção, já que 86% das mulheres ouvidas já sofreram assédio em público em suas cidades. Os dados foram divulgados no lançamento do “Dia Internacional de Cidades Seguras para as Mulheres”, uma iniciativa da organização para chamar a atenção para os problemas de assédio e violência enfrentados pelas mulheres nas cidades de todo o mundo. Na mesma pesquisa, todas as estudantes brasileiras ouvidas afirmaram ter sofrido assédio em suas cidades. Tal como foi noticiado pela agência Brasil, em 8/2/2018, entre os carnavais de 2016 e 2017, os casos de violência sexual contra mulheres registrados no Brasil pela Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) aumentaram 88%. Mesmo no transporte público, casos de assédio e violência são constantemente anunciados nos jornais.

Os impactos relacionados às ausências de infraestrutura urbana podem incidir fortemente nas vidas das mulheres, sobretudo as mais pobres. Para que elas desfrutem das cidades, as políticas urbanas devem levar em conta a perspectiva dessas mulheres, incluindo-as na gestão, ouvindo o que têm a dizer a respeito da adequação da oferta, segurança, acessibilidade e eficiência dos equipamentos públicos.

³ Matéria publicada pela Revista Veja, em abril de 2016, tornou popular a expressão “bela, recatada e do lar” e ocupou as redes sociais com piadas e ironias. Os adjetivos correspondem aos termos por meio dos quais Marcela Temer foi caracterizada pelo marido, então vice-presidente da República, Michel Temer.

⁴ Essa organização social trabalha por justiça social, igualdade de gênero e fim da pobreza. Fundada em 1972, atua em 45 países, alcançando mais de 15 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, desde 1999, atendeu mais de 2,4 mil comunidades, beneficiando mais de 300 mil pessoas.

Dados do Instituto Patrícia Galvão sobre o feminicídio e a cobertura da mídia mostraram que, nas notícias encontradas nas mídias pesquisadas, o tema violência se destacou, apresentando-se na maior parte dos textos jornalísticos. De acordo com os pesquisadores, a cobertura aparece somente nos cadernos policiais e/ou locais como um problema individualizado, mesmo sendo acontecimentos de grande repercussão. As pautas sobre violência quase não estimularam um debate social ou legal, mesmo com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha.

O FEMINICÍDIO NOS JORNAIS MINEIROS

No período de março a julho de 2017, a equipe do Observatório das Representações da Cidade na Mídia selecionou e analisou matérias jornalísticas publicadas nas versões online de três jornais mineiros, Estado de Minas (EM), Hoje em dia (HJ), O Tempo (OT), para discutir sobre o tratamento dado ao feminicídio em seus textos.

Três acontecimentos publicados nos três jornais foram escolhidos para serem discutidos pelo grupo e os resultados das discussões são aqui apresentados. A escolha foi feita com base no perfil socioeconômico das personagens, a fim de que se representassem diferentes estratos da população, uma vez que nos pareceu plausível que a posição no sistema de estratificação social fosse uma variável importante para definir que tipo de cobertura seria destinada aos casos.

As análises foram guiadas por um protocolo construído com base em revisão bibliográfica, cujas categorias – gênero predominante, editoria/caderno, pluralidade e diversidade de fontes, obtenção da informação, recursos visuais adicionais, localização, contextualização social do fato – pretendem indicar o cumprimento ou não dos princípios básicos do jornalismo.

Matérias jornalísticas analisadas

No primeiro bloco de matérias selecionadas, as matérias referem-se a uma mulher morta pelo companheiro, por estrangulamento, no bairro Nova Cintra, região Oeste de Belo Horizonte, em abril de 2017. A região é carente de infraestrutura urbana e apresenta altos índices de violência, conforme o [Sistema de Indicadores Nossa BH](#)⁵. Os títulos recebidos foram os seguintes:

EM: *“Suspeito de estrangular e matar a própria mulher é procurado pela PM”*

HD: *“Mulher é morta por companheiro no Nova Cintra”*

OT: *“PM procura homem suspeito de estrangular e matar a mulher”*

⁵ O Sistema de Indicadores Nossa BH é uma ferramenta de conhecimento e mobilização social. Por meio de 73 indicadores (45 por sub-região da cidade, 18 para o município como um todo e 10 a respeito de equipamentos públicos e conveniados), o sistema retrata os desafios e as desigualdades internas da cidade, permitindo diagnosticar, planejar, monitorar e exercer o controle social.

No EM, as duas notas não são assinadas, sendo creditadas a “da redação”, e os textos são muito semelhantes, o que permite inferir que se trata de conteúdo de *release*. Já em OT, a matéria, assinada por um repórter, traz detalhes de informações que não aparecem nas notas do EM e do HD, por exemplo: quando a PM chegou ao local do crime, a residência estava trancada, indicando que “a pessoa que matou a mulher tinha as chaves do imóvel”, o que enfatiza as suspeitas do criminoso ser o próprio companheiro. Não há pluralidade de fontes, todas utilizam a Polícia Militar e o Boletim de Ocorrência (BO) como únicas versões do episódio ocorrido.

As notas publicadas no HD e no EM indicam ter dados de boletins de ocorrência copidescados, o que justificaria a não assinatura de repórteres. A matéria de OT, assinada, indica que o jornalista entrevistou o policial que atendeu a ocorrência. Entretanto, somente o policial foi a fonte da notícia, fato que gera o seguinte questionamento: se o repórter foi designado para entrevistar o homem responsável pela ocorrência, por que não procurou as outras fontes citadas pelo militar, como, por exemplo, o irmão da vítima e os vizinhos?

Com efeito, a preferência por fontes policiais tem caracterizado o jornalismo de Editoria de Polícia, tornando as matérias uma extensão dos BO, como apontam Mouro e Sinésio (2015), no artigo “Casos policiais: para um jornalismo além do boletim de ocorrência”, apresentado no 12º Encontro de Pesquisadores em Jornalismo: “A imprensa noticia os casos de violência, mas nem sempre traz os detalhes ou outras versões além das apresentadas pelos boletins de ocorrência, onde consta a versão oficial da polícia acerca do fato” ([MOURO; SINÉSIO, 2015, p. 2](#)).

Ou seja, o Princípio do Contraditório, imperativo categórico ético do jornalismo, parece que não se aplica à deontologia de repórteres policiais. Com efeito, o BO deveria ser o ponto de partida para a matéria, jamais a fonte única, tendo em vista que se espera, ou deveria se esperar do repórter que informasse e contextualizasse para o leitor, minimamente, com elementos fundamentais, a ocorrência do crime, e posicionasse o acontecido em uma dimensão mais ampla, seja da região, cidade, ou país, descaracterizando-o como fato isolado, individual. Deve-se registrar ainda que, na maioria das vezes, os boletins são de autoria de policiais homens.

Contudo, há outro fator que se deve observar no jornalismo de Editoria de Polícia. Historicamente, essa editoria é uma das menos valorizadas nos veículos, normalmente destinada aos “focas”, profissionais menos experientes, em início de carreira, reforçando a ideia comum na profissão de que fazer jornalismo nessa área temática prescinde de compromisso ético e postura crítica na produção das matérias, o que resulta, quase sempre, em informações preconceituosas e distantes dos valores cidadãos. No entanto, isso contraria o que orienta o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), em seu 11º Artigo, inciso II: “O jornalista não pode divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”.

Enfim, a abordagem do fato noticiado nos três veículos sugere que, por se tratar de bairro pobre, violento, com serviços públicos precários, os parentes e vizinhos da vítima não precisariam ser ouvidos, o que os torna invisíveis no plano das representações e do debate público midiático, relativo aos fatos que lhes dizem respeito e que afetam diretamente a realidade em que vivem. Tal procedimento naturaliza, assim, os crimes como fatos corriqueiros, cujo tratamento se resume ao relato do acontecido.

Com isso, a mídia tem grande responsabilidade em criar e reforçar estereótipos, tais como aqueles que se referem à região e sua associação com pobreza e violência, bem como a reprodução da visão masculina das ocorrências como única a ser ouvida. As matérias em questão repetem o tratamento comum dos jornais em que crimes contra mulheres, sobretudo aquelas em situação social e econômica vulnerável, são tratados como mais um caso nas estatísticas de violência.

No segundo bloco, o assassinato de uma mulher em um hotel no Bonfim foi notificado nas plataformas online de três jornais da região metropolitana da capital mineira: O Tempo, Estado de Minas e Hoje Em Dia.

OT: “*Mulher é assassinada em quarto de pensão no bairro Lagoinha*”

EM: “*Mulher é encontrada morta com sinais de violência na Lagoinha*”

HD: **Mulher é encontrada morta em quarto de motel no Bonfim, em BH** “

Bonfim é um bairro da região noroeste de Belo Horizonte, localizado nas proximidades do centro da cidade de Belo Horizonte, na zona de baixo meretrício. No sábado, dia quatro de março de 2017, um homem matou uma mulher dentro de um hotel na região. O bairro faz parte de um conjunto de bairros tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, em 2016. A justificativa para o tombamento patrimonial é a proteção e preservação do acervo arquitetônico, de grande importância histórica para a cidade. O bairro se localiza próximo ao centro da capital mineira e foi construído por operários que trabalharam na fundação de BH.

Nos primeiros anos da nova capital de Minas Gerais, a região da Lagoinha serviu como polo de fixação para os imigrantes que não conseguiram se instalar dentro dos limites da Avenida do Contorno. Entre as décadas de 1910 e 1920, a instalação de um ramal férreo permitiu o desenvolvimento comercial na região, transformando-a em um ambiente de maior sociabilidade, além de uma zona boêmia. Essa característica acabou também desencadeando um estereótipo negativo, de que a Lagoinha era uma região violenta e marginal.

A região se encontra em franca decadência, pois, apesar de tombada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, os imóveis de valor histórico estão em estado de deterioração, acolhendo em seu entorno usuários de *crack*, profissionais do sexo, um grande conjunto de favelas, o Departamento de Investigações da Polícia Civil, igrejas evangélicas e católicas, terreiro de candomblé e um cemitério. Pesa sobre ela o estereótipo negativo, em detrimento de seu valor histórico e cultural. Da mesma forma, a mulher assassinada na região não tem nome e o espaço dado ao assassinato revela quão insignificantes parecem ser essas pessoas diante dos critérios de noticiabilidade adotados pelos jornais EM e HD. Somente OT se preocupou em dar mais detalhes na forma de reconstituição do crime.

As matérias não estão assinadas por um jornalista, mas “pela redação”. São praticamente apenas notas, sem declarações de fontes com uso de aspas, imagem, infográfico ou algum outro tipo de recurso visual. A única fonte é a Polícia Militar. Considerando-se que o feminicídio não é algo conhecido pelos leitores, é de se estranhar a absoluta falta de contextualização do ocorrido. Não há menção à palavra *feminicídio*, não há preocupação em explicar o significado do termo, nem em inserir o caso nas estatísticas que se atribuem ao Brasil com relação à prática. Nenhuma referência à legislação específica e às respectivas penas previstas para o delito.

Portanto, os três veículos analisados não elaboraram reportagens sobre o assunto, priorizando o fato e não a correlação entre suas causas e impactos, ou seja, o tema em questão. Disponibilizaram, por isso, uma cobertura noticiosa superficial, sem a contextualização adequada quanto a aspectos indispensáveis para a compreensão histórica dos fatos. Os jornais não divulgaram canais de denúncia e serviços, como, por exemplo, o telefone e endereço de delegacias da mulher em Belo Horizonte. Quem era a mulher assassinada? Uma moradora de rua, usuária de drogas e que frequentava a região. Essas foram as referências para a qualificação da vítima – descontextualizada e generalizante, serve para reforçar o estereótipo negativo que a cerca e acompanha a região.

Dispensam-se informações importantes sobre a violência local, a evolução da criminalidade e o perfil de suas vítimas; a descrição estereotipada aciona o imaginário social e a reforça. A singularidade do objeto jornalístico, típica do relato noticioso, é desconsiderada no tratamento conferido à vítima, o que reforça a estigmatização da condição da mulher pobre, associada à região onde foi encontrada.

Apenas o Estado de Minas publicou foto do hotel onde ocorreu o assassinato. Não há atribuição de crédito, ou fonte da imagem. Predomina uma cobertura com viés policial, já que apenas a Polícia Militar foi escutada pelos meios de comunicação. Nota-se a falta de matérias que façam o desdobramento da cobertura principal, nos dias seguintes, para tratar das correlações das causas da violência que assolam o Brasil, ou da construção de uma sociabilidade violenta no nosso cotidiano. A mulher assassinada aparece de modo isolado e não como parte de um problema grave que demanda políticas públicas específicas, dadas suas dimensões atuais.

Vizinhos, moradores da região e funcionários do hotel não foram escutados, o que dá o tom de desimportância do homicídio. A fala das fontes indicaria, como necessário na notícia, aspectos indispensáveis à correlação mínima entre as possíveis causas e o impacto social do fato, apontando a relevância informativa do conteúdo que justificasse, inclusive, a elaboração de matérias seguintes sobre o assunto, tendo em vista o contexto social em questão.

No terceiro bloco de matérias, a estudante do 6º período do curso de economia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Isabella Perdigão Martins Ferreira, de 21 anos, morreu após ser esfaqueada por um vizinho no bairro Coração Eucarístico, na região Noroeste de Belo Horizonte, em uma manhã de sábado.

HD: *“Estudante morta por vizinho no Coração Eucarístico é sepultada neste domingo”*

EM: *“Corpo de universitária morta a facadas é enterrado em Contagem”*

OT: *“Estudante morta no Coração Eucarístico é enterrada neste domingo”*

Mais uma vez, nas matérias analisadas, não foi possível extrair informações relevantes sobre o feminicídio, apesar de duas menções ao termo. Assim, a contextualização foi falha em todos os três jornais analisados. Vale notar que o assassinato, cuja vítima é de classe média, mereceu a qualificação de feminicídio pelos jornais.

São reproduzidas, com grande destaque pela imprensa, as narrativas do tipo: ‘ataque de ciúmes’, ‘perdeu a cabeça’, ‘estava fora de si’, ‘ficou transtornado’, ‘teve um surto’, para justificar um feminicídio. No caso aqui considerado, as matérias relatam que o autor “era apaixonado pela vítima, invadiu o apartamento dela, localizado em um condomínio da rua Coração de Eucarístico” e que teria uma “paixão platônica” pela vítima,

“que não correspondia”. Próximas à romantização do acontecimento, essas construções amenizam sua gravidade, ao atribuir ao “amor” o motivo para o crime que ocorreu, ao que tudo indica, em função da recusa por parte da vítima em estabelecer um relacionamento com o assassino, seu vizinho que, supostamente, se encontrava em estado de sofrimento psíquico.

Quase todas as matérias se enquadram no mesmo gênero, a notícia. Nelas são expostas as informações mais relevantes no primeiro parágrafo para que o leitor continue a leitura. A ausência de pluralidade de fontes, nas três matérias analisadas, indica a falta de compromisso dos veículos com a disponibilização de informações originárias de fontes especializadas e documentais, para esclarecimento do leitor sobre um assunto importante, como é o feminicídio. Os recursos visuais deixam a desejar. Nas três notícias dos três jornais analisados, não se utilizaram recursos audiovisuais com informações sobre taxas de feminicídio e serviços de apoio à mulher, por exemplo. As pouquíssimas fotos foram retiradas de redes sociais ou agências de notícias, demonstrando que nenhum veículo enviou profissional ao local do crime, para cobertura fotográfica.

Outro fato que revela o descaso no tratamento do feminicídio é a não contextualização das ocorrências. Os repórteres poderiam ter informado aos leitores o cenário alarmante dos assassinatos de mulheres no Brasil, como os que foram divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual, em 2015, cerca de 385 mulheres foram assassinadas por dia. A porcentagem de homicídio de mulheres cresceu 7,5% entre 2005 e 2015, em todo o país. E que esses homicídios são qualificados como feminicídios pela nova lei sancionada, que altera o § 2º do Código Penal, caso o crime seja cometido contra a mulher por razões de gênero, ou seja, quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Nenhuma matéria traz relatos obtidos diretamente pelo jornal sobre parentes, amigos da vítima ou do criminoso, privilegiando as fontes oficiais, tais como os boletins de ocorrência divulgados sobre os fatos noticiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que se relatou, pesquisas recentes apontam para a dimensão assustadora do feminicídio no Brasil. Os números de homicídios seguem aumentando, notadamente de mulheres negras, e a violência doméstica é recorrente, sendo muitos dos homicídios cometidos por alguém que manteve ou mantém relação de afeto com a vítima. Como se constata no mapa de 2015, elaborado pela FLACSO, a casa é um local perigoso para as mulheres. Geralmente, o feminicídio no ambiente doméstico é o resultado de um processo de violências sucessivas sofridas pela mulher. A maioria dos crimes acontece quando ela quer romper um relacionamento e o homem não admite. Seus impactos sociais, psicológicos, econômicos são grandes e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998) configuram-se como questão social e de saúde pública de alto custo.

Diante disso, é um tema de interesse jornalístico e deveria ser tratado de forma a obter visibilidade, por meio do agendamento midiático, com o desdobramento dos conteúdos. Tendo em vista a necessidade de repercussão dos fatos relativos a assunto de significativo interesse público, deveria tematizar as discussões no espaço público e a cobertura jornalística tornar-se fonte, inclusive, para a criação de políticas públicas.

A lei Maria da Penha, tema a ser explorado como um dos instrumentos de defesa da mulher, ainda é pouco aplicada. No final do ano de 2017, foram aprovadas algumas

alterações na Lei, visando aprimorar o atendimento dado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, assegurando o atendimento policial e pericial especializado e contínuo, por servidores capacitados, de preferência do sexo feminino ([BRITO, 2018](#)).

A partir das considerações precedentes, a expectativa seria a de que houvesse grande interesse na cobertura de casos de feminicídio e que o tratamento e as representações sobre as mulheres vitimizadas fossem feitos com base no propósito de enfrentar a questão. Essas representações podem ser pensadas como um tipo de conhecimento elaborado e compartilhado a partir do senso comum por um grupo, que é capaz de construir uma realidade prática e que se orienta em seu mundo social na medida em que atribuem sentido a ele. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos, mas que não se reduzem a essa dimensão. Mesmo acessados a partir desses elementos, têm de ser entendidos em conexão com seu contexto de produção ([SPINK, 1993](#)).

Do ponto de vista da mídia, geralmente, essas representações têm uma preocupação maior com o modo como o crime foi cometido, a crueldade, como o corpo da vítima foi encontrado, incorrendo em uma banalização desrespeitosa. Não há esforço de abstração, os textos jornalísticos não aprofundam o debate sobre a agressão, com a apresentação de outras versões sobre o fato, além das oficiais; não há preocupação com as causas e contextualização mínima do ocorrido, não se divulgam os serviços básicos de apoio às vítimas e nem tampouco os seus direitos são informados.

Grande parte dos crimes tem como precedente a mulher em busca de proteção da Justiça, com registro de boletins de ocorrência e adoção de medidas protetivas, por exemplo, sem sucesso. Relevante seria mostrar que a violência contra as mulheres está presente em todas as classes sociais e idades, o que reafirma a existência de uma cultura masculina, machista, alimentada por homens que têm a convicção de seu poder, seja no espaço público ou privado.

Parte da mídia cumpre o papel de naturalizar a violência contra a mulher. As coberturas dos casos incluem elementos comuns ao espetáculo, tais como entrevistas ao vivo com as vítimas e com o agressor, transmissões contínuas, inclusive com a revelação de detalhes da atuação da polícia e o uso de estratégias narrativas ficcionais para transmitir um desfecho trágico. Frequentemente, o sequestrador é tratado como um rapaz apaixonado, movido por “amor” e inconformado pelo fim do relacionamento.

O trabalho de Marisa Sanematsu, intitulado “Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra as Mulheres”, mostra que a expectativa é a de que os veículos de comunicação atuem como ferramentas de conscientização e esclarecimento da esfera pública. Os jornalistas deveriam mobilizar os formadores de opinião e os formuladores de políticas para uma atuação mais incisiva com relação ao problema. “Nesse sentido é preciso ir além do fato, agregando a ele contexto, argumentos e olhares diversificados” ([SANEMATSU, 2011, p.99](#)).

Os especialistas, as feministas e os militantes dedicados ao tema têm diante de si um desafio igualmente importante. É preciso dar um salto na cobertura, indo além das estatísticas para inserir, no debate público, as complexidades desses conflitos. Portanto, observamos que há uma necessidade de o profissional de jornalismo especializar-se, adquirir mais conhecimento social. Os jornalistas devem encarar a cobertura da violência contra a mulher como um desafio a ser superado, buscando formas de abordagem que estimulem o debate e a construção de políticas públicas que combatam o feminicídio.

Outras características das coberturas jornalísticas merecedoras de críticas são: inadequação das fontes – em primeiro lugar, como mais ouvida, a população, o que confirma a tendência de uma cobertura focalizada no fato em si e na individualização do problema; os agentes policiais, representantes do Judiciário e do Ministério Público; a polícia, indicando que os jornalistas priorizam fontes oficiais na construção das matérias, em vez de dar mais espaço aos indivíduos diretamente envolvidos (SANEMATSU, 2001). É necessário ainda que os jornalistas não apresentem as mulheres atingidas por esses crimes apenas como vítimas. Quase sempre, elas são ouvidas apenas para confirmar o que dizem os especialistas, ou seja, para comprovar o saber das autoridades no assunto.

Quando se pensa no processo de produção da notícia, não podemos prescindir das péssimas condições de trabalho desses profissionais, em geral avaliados pela sua produção diária. Ou estão envolvidos em muitas pautas simultâneas que devem ser cumpridas em tempo escasso, ou procuram por temas mais polêmicos que atendam a critérios elementares para definir a importância da notícia, como improbabilidade, apelo, ineditismo ou notoriedade, como um crime envolvendo uma pessoa famosa, novas pesquisas, ou uma nova lei.

Para se ter uma cobertura mais frequente e aprofundada, seria necessário que o movimento de mulheres e os pesquisadores da área trabalhassem junto com a imprensa, propiciando novos ângulos de investigação, inclusive com a utilização de dados estatísticos, obtidos de fontes fidedignas e atualizadas. O acesso a esses dados e um efetivo monitoramento da imprensa por parte da sociedade civil podem contribuir para aplicação adequada dos recursos públicos. Em um país continental como o Brasil, o acesso de profissionais de imprensa a uma base com dados nacionais, regionais e locais representaria um diferencial para o debate público mais amplo e aprofundado dessa agenda, por meio da mídia.

Outro obstáculo a ser ultrapassado corresponde à ausência de divulgação dos serviços públicos procurados pelas vítimas, como se observou. Falta mostrar o ambiente das delegacias, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os hospitais públicos que prestam serviços às mulheres.

A mídia também parece desconhecer o papel de cada poder na implementação da lei, e, por isso, “deixa de cumprir uma de suas funções na esfera pública: a de fiscalizar os poderes constituídos e cobrar respostas aos problemas que afligem a população”, o mesmo ocorrendo em relação a acordos e convenções internacionais que tratam sobre a violência contra as mulheres ([SANEMATSU, 2011, p. 90](#)). A forma de tratamento da vítima se coloca como ponto importante, traduzindo-se em representações sociais conservadoras e discriminatórias.

É necessário que a imprensa chame para si a tarefa de mudar as representações comuns de gênero observadas nas matérias. Para isso, desde a formação profissional, na Universidade, o futuro jornalista precisa refletir sobre o conteúdo que produz e a informação que dissemina. A sociedade civil, ao cobrar responsabilidade do jornalista, fecha o ciclo e permite o exercício democrático, tarefa com a qual o Observatório das Representações da Cidade na Mídia está comprometido.

SUBMETIDO EM 10 abr. 2018
ACEITO EM 8 out. 2019

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. **A Cidade é de quem?** Um estudo sobre segurança urbana das mulheres envolvendo 10 países. Disponível em < <http://actionaid.org.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

ANDI - Instituto Patrícia Galvão. **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres:** Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-tendencias-da-cobertura>>. Acesso em: 6.jun.2018.

BRITO, L.M. Lei Maria da Penha: Ano novo e velhos desafios. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/01/10/lei-maria-da-penha-ano-novo-e-velhos-desafios>> Acesso em: 6.jun.2018.

COMISSÃO Parlamentar Mista de Inquérito Sobre Violência Contra A Mulher. **Relatório Final**, 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf>. Acesso em: 6.jun.2018.

DOSSIÊ Violência Contra Mulheres. São Paulo: Instituto Patricia Galvão, 2015. Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>>. Acesso em: 6.jun.2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS (FENAJ). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>> Acesso em 05 jun. 2018.

FLACSO, OMS/OPAS, ONU/MULHER, SEPM, MMIRDH. **Mapa da violência 2015.** Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: < https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 6.jun.2018

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - Ipea. **Atlas da Violência 2017**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 6.jun.2018.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e do lar. **Revista Veja** [online], 18.abr.2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 6.jun.2018.

MOURA, S; SINÉSIO, V. Casos policiais: para um jornalismo além do boletim de ocorrência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 13., 2015, Campo Grande – UFMS. Anais da. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Campo Grande -MS, 4 a 6 nov de 2015. Disponível

em <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/schedConf/presentations>. Acesso em 11 mar. 2017.

MOVIMENTO NOSSA BH. Sistema de Indicadores Nossa BH. Disponível em: <<http://www.nossabh.org.br/indicadores/area29.html>>. Acesso em: 6.jun.2018.

[SANEMATSU, Marisa](#). Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra as Mulheres. In: ANDI, Instituto Patrícia Galvão. **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres**: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília, 2011.

[SPINK, Mary Jane P.](#) O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 1993, vol.9, n.3. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/17.pdf>>. Acesso em: 6.jun.2018.